

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2019

Contrato que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, Estado de Minas Gerais, com endereço na Rua Assis Andrade, nº 540, Centro, Conselheiro Lafaiete – MG – CEP 36.400-067, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.380.914/0001-53, neste ato representada por seu Presidente, Vereador João Paulo Fernandes Resende, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE** e a Empresa **MACEDO SEGURANÇA PRIVADA LTDA.**, com sede na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, à Rua Mariângela Medeiros, nº 50, Centro, CEP 35680-507, inscrita no C.N.P.J sob o nº 27.508.864/0001-75, neste ato representada por seu representante legal, Senhora Carla Rodrigues da Cruz, brasileira, casada, portadora do documento de identidade nº MG – 17.471.374 e do CPF nº 069.921.556-01, doravante denominada **CONTRATADA**, em decorrência do Processo Administrativo nº 032/2019, celebraram o Contrato Administrativo nº 017/2019, ao qual resolvem firmar o presente Termo Aditivo que será regido pelas cláusulas e condições que se seguem:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 017/2019, tratado em sua Cláusula Terceira, que além de estipulá-lo previu a possibilidade de tal prorrogação, tendo o novo prazo início em 29 de maio de 2020 e término em 28 de maio de 2021.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Órgão.....:	1	- PODER LEGISLATIVO
Unidade.....:	1.01	- CORPO LEGISLATIVO
Sub-Unidade.....:	1.01.1	- GABINETE E SECRETARIA DA CÂMARA
Função.....:	01	- Legislativa
Sub-Função.....:	031	- Ação Legislativa
Classif.	0013.2002	- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
Orçamentária.....:		
<b>Elemento</b>	<b>de 3.3.90.39.00</b>	<b>- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica</b>
<b>Despesa.....:</b>		

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICAÇÃO

O presente termo se faz necessário, por ser mais vantajoso para a **CONTRATANTE** a continuação da prestação dos serviços de vigilância armada, em jornada de 12 horas diurnas ininterruptas, de 7 às 19 horas, de segunda-feira a domingo, em escala de 12 (doze) x 36 (trinta e seis), envolvendo dois vigilantes no posto a ser contratado, com fornecimento de mão-de-obra, de uniformes e de equipamentos adequados à execução dos trabalhos, pela **CONTRATADA**, que vem cumprindo fielmente o Contrato Administrativo nº 017/2019.

**CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo tem como fundamentação legal a Cláusula Terceira do Contrato Administrativo nº 017/2019, e o art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE**

O valor previsto no Contrato objeto do presente Termo Aditivo será reajustado em 2,46% (dois vírgula quarenta e seis por cento), com base no INPC acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 017/2019 que ora se adita, compatíveis e não alteradas pelo presente instrumento.

E, por estarem, assim, justas e acordadas, firmam os representantes das partes contratantes o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor e forma e para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Conselheiro Lafaiete, 29 de maio de 2020.

---

**CONTRATANTE**

---

**CONTRATADO****Testemunhas:**

---

**CPF:****RG:**

---

**CPF:****RG:**